

Pagar juro com 20% da exportação

Proposta é para 88. Este ano será paga a metade do que o País deve

Este ano, o Governo deverá pagar mais da metade do total dos juros da dívida externa e a partir do próximo ano negociará com os credores um percentual de 20 por cento das exportações para pagá-los, o que corresponderá ao pagamento da metade dos encargos financeiros da dívida, enquanto a outra metade será renegociada. A informação foi divulgada ontem pelo assessor de imprensa do Ministério da Fazenda, Francisco Baker, a pedido do ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, confirmando a informação divulgada com exclusividade pelo **CORREIO BRAZILIENSE**.

O ministro mandou informar à imprensa que não se poderia dizer que o Governo pagará somente a metade do total dos juros este ano, sendo a outra metade renegociada. Não se pode dizer nada definitivamente, disse Baker, mas admitindo que será em torno de 50 por cento o pagamento dos encargos nos próximos anos, e neste ano se pagará mais da metade. O assessor econômico da Fazenda, Yoshiaki Nakano, reforçou a informação do **CORREIO** confirmando que se pagará cerca da metade, sendo desnecessário precisar, segundo ele, quantias. O total dos juros devidos em 1987 é de 9 bilhões de dólares.

Conjunturalmente, a economia está em crise, mas estruturalmente está sadia, afirmou Nakano. A ta-

refa do Governo, agora, é de recuperar a capacidade de poupança do Governo, perdida ao longo dos últimos anos, depois de ter alcançado os 17 por cento do PIB. A estratégia é aumentar a carga tributária.

Uma série de alternativas está sendo considerada pelo ministro Bresser Pereira para alcançar esse objetivo, disse Nakano. Não se cogita de aumentar o Imposto de Renda da pessoa física, mas sim da pessoa jurídica, bem como de cortes nos subsídios ao trigo e ao açúcar, e substancial aumento das tarifas do setor público.

As pessoas jurídicas, segundo estudos que estão sendo elaborados pela Secretaria da Receita Federal, passarão a recolher impostos mês a mês, a partir do segundo semestre, antecipando, portanto, o pagamento que seria feito no final do ano. Desde o ano passado, o Governo começou a adotar a estratégia de antecipação do pagamento de impostos pelas empresas. As cinco mil maiores empresas nacionais passaram a pagar imposto semestralmente. O torniquete, diante da queda de receita tributária, apertou-se, e elas passarão a recolher seus impostos mensalmente.

Os desembolsos com os subsídios estão se tornando insustentáveis para o Tesouro. Yoshiaki Nakano confirmou que o Governo

está disposto a reduzir o subsídio ao trigo e ao açúcar. Os abusos em relação ao trigo estão criando distorções impressionantes, disse, como por exemplo, o de se utilizar o trigo na queima de combustível, porque o seu preço é adequado aos moinhos. A previsão oficial é de que este ano se gastará em torno de Cz\$ 100 bilhões com o subsídio ao trigo, e cerca de Cz\$ 70 bilhões de subsídio ao açúcar.

Com os produtores de açúcar o Governo já promoveu contatos iniciais para acertar a retirada gradual do subsídio. Resistências políticas, porém, deverão surgir, mas elas não farão o ministro voltar atrás no seu intento.

Para Nakano, o aumento da reforma tributária se dará na medida que o Tesouro desembolsar recursos com subsídios e aumentar a arrecadação através da antecipação de receitas das empresas e, principalmente, da cobrança de tarifas reais do setor público. Ele explicou que nos últimos anos, as tarifas públicas foram congeladas para combater a inflação e isso provocou prejuízos operacionais significativos que agora precisam ser compensados. As empresas estatais estão sobrevivendo de repasses de recursos financeiros do Tesouro. A manter tal situação, a possibilidade de se controlar o déficit público é remota.